

## **Demonstrações Financeiras**

### **CIBRAFÉRTIL – Companhia Brasileira de Fertilizantes**

31 de dezembro de 2011 e 2010  
com Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Financeiras



## **CIBRAFÉRTIL – COMPANHIA BRASILEIRA DE FERTILIZANTES**

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

Índice:

Relatório da Administração.....	2
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado .....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	31

## Relatório da Administração 2011

### Mensagem da Administração

Em 2011, a entrega de fertilizantes no Brasil teve crescimento de 15,5%, alcançando 28,3 milhões de toneladas, motivado pelo aumento da tecnologia aplicada e na demanda.

A produção nacional apresentou crescimento de 5,6% no ano de 2011, atingindo volume de 9.861 mil toneladas de produtos, contra 9.340 mil toneladas em 2010. As importações de fertilizantes cresceram 29,8%, passando de 15,3 milhões de toneladas em 2010 para 19,8 milhões de toneladas em 2011.

A Cibrafertil apresentou crescimento de 51,5% em sua receita líquida motivada pelo aumento da quantidade vendida (15,5%), consumindo os estoques de produtos acabados de 2010 e elevação dos preços unitários. O resultado operacional foi negativo em R\$3,2 milhões, em decorrência das despesas com ociosidade em razão da redução na produção por escassez de ácido sulfúrico, e aumento nos custos dos produtos vendidos.

### Perspectivas para 2012

Embora o PIB brasileiro tenha apresentado crescimento de 2,7% em 2011, o segmento de agronegócio cresceu 5,7%. Para os próximos anos, espera-se que o crescimento do PIB brasileiro fique acima de 3% e que o setor agrícola apresente crescimento acima do PIB, aumentando a área plantada e a produtividade.

O agronegócio brasileiro está vinculado ao comportamento da economia mundial, cuja expectativa é de baixo crescimento, mantendo os preços das *commodities* agrícolas estáveis durante o ano de 2012.

A crise mundial continua a afetar o mercado europeu, porém a China é tida como um grande mercado consumidor de alimentos, assim como Brasil e outros países emergentes, influenciados pelo crescimento econômico com consequente expansão da renda, buscando novo patamar de consumo.

### A Administração

---

### A Empresa

A Cibrafertil é uma subsidiária da Paranapanema S.A., cuja participação acionária é de 99,84% do seu capital social. A Companhia faz parte do segmento de fertilizantes, produzindo superfosfatos simples e fertilizantes complexos como o NPK.

A Cibrafertil adquire da Paranapanema - Unidade de Dias D'Ávila – BA, o ácido sulfúrico, uma das principais matérias-primas, subproduto gerado no processo metalúrgico na fundição do cobre é transportado para a empresa por meio de ácidoduto com extensão de 5 km dentro do Pólo Industrial de Camaçari - BA, onde estão localizadas ambas as Companhias. A segunda matéria-prima mais importante para o setor de fertilizantes é a rocha fosfática importada, ficando sujeita a volatilidade do câmbio e de preço.

### Destaques 12M11 vs.12M10

- Receita líquida cresceu 51,5% nos 12M11, atingindo R\$ 99,2 milhões em relação aos R\$ 65,5 milhões nos 12M10;
- O volume de vendas foi de 209,2 mil t em 12M11 com recuperação de 15,5% no preço médio dos produtos, com vendas 100% voltadas para o mercado interno;
- O crescimento na receita, proporcional ao custo dos produtos vendidos, contribuiu para a reversão do

prejuízo bruto de R\$ 3,2 milhões de 2010;

- Recuperação da geração operacional de caixa (EBITDA) nos 12M11, alcançando R\$ 3,2 milhões sobre o resultado negativo nos 12M10;
- Resultado líquido negativo em 2011 de R\$ 7,7 milhões, gerado principalmente pela elevação dos custos de matéria-prima e despesas com capacidade ociosa;
- Os investimentos nos 12M11 foram voltados para melhorias do processo produtivo e manutenção das instalações, totalizando R\$ 5,1 milhões contra R\$ 6,1 milhões nos 12M10.

### Distribuição da receita e do volume por mercado

Cibrafértil - Companhia Brasileira de Fertilizantes	2010	2011	Var. 2011/2010
Receita Líquida (R\$ mil)	65.504	99.243	51,5%
Mercado Interno	65.504	99.243	51,5%
Mercado Externo	-	-	-
Volume de Vendas (ton.)	181.196	209.266	15,5%
Mercado Interno	181.196	209.266	15,5%
Mercado Externo	-	-	-

Santo André (SP), março de 2012.

**Balanços patrimoniais**
**31 de dezembro de 2011 e 2010**

(Em milhares de reais, exceto valor patrimonial por ação).

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	<b>85</b>	1.917
Aplicações financeiras	4	<b>1.991</b>	-
Contas a receber de clientes	5	<b>2.056</b>	2.017
Estoques	6	<b>19.176</b>	14.855
Impostos e contribuições a recuperar	7	<b>11.330</b>	9.250
Outros ativos circulantes		<b>123</b>	117
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>34.761</b>	28.156
<b>Ativo não-circulante</b>			
Impostos e contribuições a recuperar	7	<b>135</b>	455
Depósitos de demandas judiciais		<b>684</b>	571
Ativo imobilizado	9	<b>40.571</b>	43.463
Ativo intangível		<b>22</b>	76
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>41.412</b>	44.565
<b>Total do ativo</b>		<b>76.173</b>	72.721

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Balanços patrimoniais**

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto valor patrimonial por ação).

<b>PASSIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores nacionais	10	2.303	804
Fornecedores estrangeiros	10	8.194	7.216
Empréstimos e financiamentos	11	33.264	17.817
Salários e encargos sociais		752	677
Impostos e contribuições a recolher		85	113
Partes relacionadas	8	12.153	19.595
Outros passivos circulantes	12	4.700	3.707
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>61.451</b>	49.929
<b>Passivo não circulante</b>			
Fornecedores estrangeiros	10	2.753	1.179
Provisão para demandas judiciais	13	2.056	1.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	2.631	4.902
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>7.440</b>	7.847
<b>Total do passivo</b>		<b>68.891</b>	57.776
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	14	87.662	87.662
Reserva de capital		3.057	3.057
Ajuste de avaliação patrimonial		13.618	14.310
Prejuízos acumulados		(97.055)	(90.084)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>7.282</b>	14.945
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>76.173</b>	72.721
<b>Valor patrimonial por ação – em reais (R\$)</b>		<b>2.980,76</b>	6.117,48

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação expresso em reais)

	Notas	2011	2010
<b>Receita líquida de vendas</b>		<b>99.243</b>	65.504
<b>Custo dos produtos vendidos</b>		<b>(92.302)</b>	(68.714)
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		<b>6.941</b>	(3.210)
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Comerciais		(1.213)	(825)
Gerais e administrativas		(1.488)	(910)
Honorários da administração	8	(487)	(693)
Participação dos empregados		(259)	(568)
Outras despesas operacionais	15	(7.769)	(5.212)
Outras receitas operacionais	15	1.107	694
		<b>(10.109)</b>	(7.514)
<b>Prejuízo operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>(3.168)</b>	(10.724)
Despesas financeiras	17	(10.991)	(5.268)
Receitas financeiras	17	4.225	1.576
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(9.934)</b>	(14.416)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	2.271	781
		<b>2.271</b>	781
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(7.663)</b>	(13.635)
<b>Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária</b>		<b>(3.136,72)</b>	(5.581,25)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2009	27.662	3.057	(77.045)	14.906	(31.420)
Aumento de capital	60.000	-	-	-	60.000
Transações de capital com os sócios	60.000	-	-	-	60.000
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	904	(904)	-
Imposto s/ realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(308)	308	-
Outros resultados abrangentes	-	-	596	(596)	-
Prejuízo do exercício	-	-	(13.635)	-	(13.635)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>87.662</b>	<b>3.057</b>	<b>(90.084)</b>	<b>14.310</b>	<b>14.945</b>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	1.049	(1.049)	-
Imposto s/ realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(357)	357	-
Outros resultados abrangentes	-	-	692	(692)	-
Prejuízo do exercício	-	-	(7.663)	-	(7.663)
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>87.662</b>	<b>3.057</b>	<b>(97.055)</b>	<b>13.618</b>	<b>7.282</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais)

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
<b>Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(9.934)</b>	<b>(14.416)</b>
<b>Ajustes para reconciliar o prejuízo com recursos provenientes de (aplicados nas) atividades operacionais</b>		
Valor residual de ativo permanente baixado	<b>164</b>	-
Depreciação, amortização e exaustão	<b>6.343</b>	3.702
Reversão de provisão para perdas de itens de longo prazo	<b>313</b>	453
Encargos financeiros de longo prazo	<b>(9)</b>	924
	<b>(3.123)</b>	<b>(9.337)</b>
<b>Redução (aumento) de ativos operacionais</b>		
Aplicações financeiras	<b>(1.991)</b>	-
Contas a receber de clientes	<b>(39)</b>	(157)
Estoques	<b>(4.321)</b>	(1.808)
Impostos e contribuições a recuperar	<b>(1.760)</b>	(2.007)
Depósitos para demandas judiciais	<b>(105)</b>	(215)
Outros ativos circulantes	<b>(6)</b>	(1)
<b>Aumento (redução) de passivos operacionais</b>		
Fornecedores	<b>2.477</b>	7.736
Partes relacionadas	<b>(7.442)</b>	(22.234)
Impostos e contribuições a recolher	<b>(28)</b>	40
Reversão de demandas judiciais	<b>(23)</b>	(134)
Salários e encargos sociais	<b>75</b>	118
Outros passivos circulantes	<b>2.567</b>	2.279
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(13.719)</b>	<b>(25.720)</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Adições em imobilizado e intangíveis	<b>(3.560)</b>	(5.977)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(3.560)</b>	<b>(5.977)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	-	60.000
Ingressos (pagamentos) de empréstimos e financiamentos	<b>15.447</b>	(31.957)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>15.447</b>	<b>28.043</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.832)</b>	<b>(3.654)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<b>1.917</b>	5.571
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<b>85</b>	1.917
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.832)</b>	<b>(3.654)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

Constituída como uma sociedade anônima de capital fechado, a Cibrafertil – Companhia Brasileira de Fertilizantes está localizada no complexo petroquímico de Camaçari – COPEC, estado da Bahia e tem por objeto social a exploração de rocha fosfática, a produção, comercialização (incluindo importação e exportação) de insumos, produtos químicos e fertilizantes e o desenvolvimento de atividades de mineração em todo o território nacional, além da participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

Em 23 de junho de 2010, através da Ata de Reunião do Conselho de Administração da sua controladora Paranapanema S.A., foi aprovado a capitalização da Companhia no montante de R\$60.000, conforme descrito na nota explicativa 14.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 26.690 (R\$ 21.773 em 2010), possui prejuízos acumulados de R\$ 97.055 (R\$ 90.084 em 2010), e apurou prejuízo de R\$ 7.663. O acionista controlador Paranapanema S.A. vem aportando os recursos necessários, bem como obtendo financiamentos para a continuidade dos negócios.

A Administração da Companhia entende que a liberação dos saldos dos financiamentos e o aporte de recursos por parte dos acionistas controladores permitirão o pagamento dos passivos de curto prazo.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 21 de março de 2012, que autorizou sua divulgação.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

Visando a melhoria da apresentação das demonstrações financeiras e em consonância com o disposto no parágrafo 74 do CPC 32 a Companhia reclassificou o montante de R\$ 3.010, classificado no ativo não circulante na rubrica de imposto de renda diferido, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, para o grupo de passivo não circulante, como redutor do saldo constante na rubrica de imposto de renda diferido. Considerando que os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

### 3. Sumário das principais práticas contábeis

- a) Reconhecimento de receitas: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Receita com venda de produtos: A receita de venda de produtos é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos ao comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

- b) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- c) Transações denominadas em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, o Real, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da atualização dos saldos ativos e passivos resultantes da diferença entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e no encerramento dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras na demonstração do resultado. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, operações de mútuo e empréstimos.

c1) Valor de mercado: O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Para instrumentos financeiros que não existem mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

- e) Caixa e equivalentes de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços de aplicação original e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na nota explicativa nº 04.
- f) Contas a receber de clientes: Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa. Informações referentes a composição da contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na nota explicativa nº 05.

- g) Estoques: Os estoques são valorizados pelo custo médio de aquisição ou de produção, deduzidos por provisão para ajuste ao custo de reposição ou aos valores de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.
- h) Imobilizado: O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, custo de empréstimos, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), a Companhia optou durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, ocorrida em 01 de janeiro de 2009, pela atribuição de custo ao ativo imobilizado para todos os itens relevantes das classes de Terrenos e Edificações e Máquinas e Equipamentos, optando por manter as demais classes de ativos que compõe os saldos registrados com base em seu custo histórico de aquisição.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo técnico de avaliação efetuado por peritos independentes de empresa especializada, elaborados de acordo com as diretrizes seguindo a norma NBR 14.653 e demais normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas e do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, em conformidade com os requerimentos do CPC 27, ICPC 10 e IAS 16. Sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, gerando um aditivo, em 01 de janeiro de 2009, de R\$17.017 ao custo de R\$26.846. Sobre o saldo constitui-se imposto de renda e contribuição social diferidos passivos. A contrapartida do saldo é registrada no patrimônio líquido, no grupo de “ajustes de avaliação patrimonial”, líquidos dos impostos incidentes.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, estimados com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados conforme determinado pela norma contábil e fiscal. As premissas e os fundamentos que foram utilizados para proceder à avaliação e à estimativa das vidas úteis e determinação do valor residual foram:

- Inspeção física para verificação da existência, estado de conservação, manutenção preventiva e corretiva e características técnicas dos bens avaliados.
- Determinação da vida útil de cada grupo de bens através das análises de dois parâmetros principais: a vida útil teórica e a vida útil baseada em investimentos econômicos despendidos através do tempo.
- Determinação das taxas de depreciação e dos valores individuais da vida útil remanescente para cada bem do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

-Análise e comparação das amostras escolhidas e das tabelas técnicas existentes, determinar a vida útil para cada grupo de bens, para a fixação dos percentuais relativos à depreciação e os valores de vida útil remanescente.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente na demonstração do resultado, quando incorridas.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os valores estão divulgados na nota explicativa nº 09.

- h) Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

- i) Outros ativos e passivos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em benefício da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- j) Tributação: Os créditos decorrentes da não-cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzindo o custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos das despesas financeiras estão apresentados deduzindo as próprias linhas na demonstração do resultado.

O imposto de renda corrente e diferido é calculado e registrado com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são calculados e reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota de impostos definidas atualmente para se determinar os créditos tributários diferidos é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

- k) Subvenções e assistências governamentais: As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo.

- Incentivo SUDENE – Lucro da exploração

A Companhia goza de benefício da redução de 75% do imposto de renda sobre o lucro da exploração, e durante a utilização do benefício está obrigada a constituir reserva de lucros pelo montante equivalente ao imposto de renda não recolhido.

Registradas como receitas no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar e, posteriormente, são destinadas a reserva para subvenção de investimentos no patrimônio líquido, exceto aquelas garantidas até 31 de dezembro de 2007 que foram reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

- l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, sendo alguns são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo, é registrado somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.
- m) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- n) Estimativas contábeis: São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a provisão para créditos de liquidação duvidosa; a provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; o imposto de renda e contribuição social diferidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros.
- A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.
- p) Prejuízo por ação: O Prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações em cada data base.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	85	1.262
Aplicações financeiras (ii)	-	655
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>85</b>	<b>1.917</b>
Aplicações financeiras (i)	<b>1.991</b>	-
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>1.991</b>	-
	<b>2.076</b>	<b>1.917</b>

- (i) Referem-se a debêntures compromissadas e refletem as condições usuais de mercado na data do balanço, sendo remuneradas em média a 101,50% do CDI, mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado.
- (ii) As aplicações são CDB e letras de crédito agrícola (LCA) as quais têm seu rendimento atrelado ao CDI. Sendo as LCA's de 40% a 70% do CDI e os CDB's de 100% do CDI, Estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras.

#### 5. Contas a receber de clientes

	2011	2010
<b>Cientes no país:</b>		
Terceiros	5.489	5.452
Ajuste a valor presente	(4)	(6)
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(3.429)	(3.429)
	<b>2.056</b>	<b>2.017</b>

A Companhia possui normas para o monitoramento de créditos de duplicatas vencidas, sendo o risco exposto ao saldo, advindo da possibilidade de não recebimentos dos valores decorrentes de operações de venda. A Administração da Companhia avaliou a provisão estipulada em 2010 como suficiente para cobrir eventuais perdas no contas a receber. Não houve movimentações no saldo das provisões no exercício de 2011.

A composição das contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisão para perda por redução ao valor recuperável, é descrita como segue:



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2011	2010
A vencer de 61 a 90 dias	-	25
A vencer de 31 a 60 dias	92	221
A vencer até 30 dias	569	681
Vencidas até 30 dias	324	49
Vencidas há mais de 120 dias	1.075	1.047
	<b>2.060</b>	2.023
Ajuste a valor presente	(4)	(6)
	<b>2.056</b>	2.017

## 6. Estoques

	2011	2010
Produtos acabados	11.501	4.088
Matérias-primas	5.273	5.607
Importações em andamento	-	2.756
Materiais de manutenção e outros	1.576	2.295
Materiais para revenda	826	109
	<b>19.176</b>	14.855

## 7. Impostos e contribuições a recuperar

	2011		2010	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Imposto de renda retido na fonte-IRRF	259	-	138	-
Imposto de renda e contribuição social antecipados	197	-	-	-
Programa de integração social-PIS	1.542	-	1.066	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços-ICMS	335	-	612	-
Contr. para financ. da seguridade social-COFINS	6.627	-	5.393	-
Imposto de renda e contribuição social a ser restituído	2.176	-	1.879	-
Impostos sobre ativo imobilizado a creditar	194	135	162	455
	<b>11.330</b>	<b>135</b>	9.250	455

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8. Partes relacionadas

### a) Saldos e transações com partes relacionadas

	<b>Passivo circulante</b>	<b>Compras de mercadorias e serviços</b>
Paranapanema S/A	<b>12.153</b>	<b>16.799</b>
<b>Total em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>12.153</b>	<b>16.799</b>
Total em 31 de dezembro de 2010	19.595	10.091

As transações mantidas entre partes relacionadas referem-se a compras de ácido sulfúrico utilizados no processo industrial da Companhia, observadas as condições comutativas de mercado.

O conceito de “partes relacionadas” foi estabelecido pelo CPC 05. De acordo com a referida norma, entende-se por partes relacionadas à parte que está relacionada com a entidade: (a) direta ou indiretamente por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da entidade (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a entidade; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a entidade; (b) se for coligada da entidade; (c) se for *joint venture* (empreendimento conjunto) em que a entidade seja um investidor; (d) se for membro do pessoal-chave da administração da entidade ou de sua controladora; (e) se for membro próximo da família ou de qualquer pessoa referido nas alíneas (a) ou (d); (f) se for entidade controlada, controlada em conjunto ou significativamente influenciada por, ou em que o poder de voto significativo nessa entidade reside em, direta ou indiretamente, qualquer pessoa referida nas alíneas (d) ou (e); ou (g) se for plano de benefícios pós-emprego para benefício dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja parte relacionada dessa Companhia.

### b) Remuneração dos administradores

A Companhia considerou como “Pessoal chave da Administração”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008.

<b><u>Honorários da administração</u></b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Remuneração dos conselheiros e estatutários	<b>381</b>	<b>350</b>
Participação de resultados	-	<b>248</b>
Encargos sociais de diretores e conselheiros	<b>89</b>	<b>82</b>
Previdência privada, assist. médica e seguro de vida	<b>17</b>	<b>13</b>
	<b>487</b>	<b>693</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Imobilizado

### a) Movimentação sumária do imobilizado

	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Moveis e utensílios	Imobilizado em andamento	Peças sobressalentes e outros	Total
<b>Custo ou avaliação:</b>								
<b>Em 01 de janeiro de 2010</b>	2.473	21.880	26.972	21	674	8.242	(1.522)	58.740
Adições	-	83	-	-	-	(1.506)	-	(1.423)
Transferências	-	63	1.631	-	-	(3.379)	1.685	-
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	2.473	22.026	28.603	21	674	3.357	163	57.317
Adições	-	-	-	-	-	3.583	(32)	3.551
Alienações	-	-	(217)	-	-	-	-	(217)
Transferências	-	1.037	5.669	-	30	(6.736)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	2.473	23.063	34.055	21	704	204	131	60.651
<b>Depreciação e perda por desvalorização:</b>								
Taxas anuais médias de depreciação (%)	0,0%	2,7%	4,0%	25,0%	20,0%	-	-	-
<b>Em 01 de janeiro de 2010</b>	-	(2.264)	(8.420)	(21)	(363)	-	855	(10.213)
Despesa de depreciação no período	-	(586)	(2.169)	-	(31)	-	(855)	(3.641)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	-	(2.850)	(10.589)	(21)	(394)	-	-	(13.854)
Despesa de depreciação no período	-	(686)	(5.565)	-	(28)	-	-	(6.279)
Alienações	-	-	53	-	-	-	-	53
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	-	(3.536)	(16.101)	(21)	(422)	-	-	(20.080)
<b>Valor residual líquido:</b>								
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	2.473	19.527	17.954	-	282	204	131	40.571
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	2.473	19.176	18.014	-	280	3.357	163	43.463

### b) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

Em 31 de dezembro de 2011 não existem indicativos de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização que pudessem reduzir o valor de realização do seu ativo imobilizado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 10. Fornecedores

	2011	2010
<b>Nacionais</b>		
Fornecedores - Mercadorias	1.371	278
Fornecedores - Serviços	752	342
Outros	180	184
	<u>2.303</u>	<u>804</u>
<b>Exterior</b>		
Fornecedores - Mercadorias	10.426	8.499
Fornecedores -Variação cambial	521	(104)
	<u>10.947</u>	<u>8.395</u>
	<u>13.250</u>	<u>9.199</u>
<b>Passivo circulante</b>	<b>10.497</b>	<b>8.020</b>
<b>Passivo não-circulante</b>	<b>2.753</b>	<b>1.179</b>

## 11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos estão garantidos por avais do acionista controlador e empresa ligada "CDPC".

	<b>Passivo circulante</b>	
	2011	2010
<b>Em moeda nacional</b>		
Capital de giro	-	4.792
<b>Em moeda estrangeira</b>		
Financiamento de importação	33.264	13.025
	<u>33.264</u>	<u>17.817</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira foram contratos em dólar norte americano com vencimento para o ano de 2012, com taxa de juros média anual de 3,8%a.a.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Outros passivos circulantes

	2011	2010
Provisão participação administradores	-	422
Adiantamento de clientes	<b>3.469</b>	1.818
Faturas para entregas futuras	<b>245</b>	1.088
Serviços prestados por terceiros	<b>938</b>	275
Outros débitos	<b>48</b>	104
	<b>4.700</b>	3.707

## 13. Provisão para demandas judiciais

### 13.1) Riscos provisionados

Com base na análise individual dos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, impetrados contra a Companhia e suportadas por opinião de nossos consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, na avaliação de nossos assessores jurídicos, em valor julgado suficiente pela Administração, como segue:

	2011	2010
<b>Previdenciárias e Trabalhistas</b>	<b>1.812</b>	1.753
<b>Cíveis</b>	<b>244</b>	13
	<b>2.056</b>	1.766

A movimentação da provisão está demonstrada conforme a seguir:

	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	1.753	13	1.766
Provisão	<b>82</b>	<b>231</b>	<b>313</b>
Baixas	<b>(23)</b>	-	<b>(23)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.812</b>	<b>244</b>	<b>2.056</b>

### 13.2) Riscos não provisionados

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, não foram constituídas provisões para demandas judiciais. Os principais processos cujo risco é avaliado como **possível** estão sumariados a seguir, exceto o item "a", cuja divulgação foi efetuada de forma separada, devido à relevância do mesmo:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Tipo de contingência</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Trabalhistas	<b>1.896</b>	1.882
Tributárias	<b>537</b>	899
Cíveis	<b>40.957</b>	91.086
Outras	<b>1.686</b>	278
	<b>45.076</b>	94.145

#### Ação indenizatória BAFERTIL

Trata-se de ação Indenizatória nº 342994-6/2004, CNJ nº 0000900-17.2001.805.0039, proposta pela BAFERTIL contra a CIBRAFÉRTIL e a CARAÍBA METAIS (incorporada em 13 de novembro de 2009 pela Paranapanema S.A), em maio de 2001. A autora pede a condenação das rés no pagamento de indenização, por supostos danos materiais e morais, decorrentes da recusa da CIBRAFÉRTIL em fornecer matéria-prima (superfosfato) à autora. Atribuiu-se à causa o valor de R\$ 27.953, hoje equivalente a R\$ 64.715 ( R\$ 62.790 em 2010).

Em 25 de setembro de 2001 foi apresentada contestação, alegando preliminar de ilegitimidade passiva da Caraíba, que foi acolhida pelo Juízo em 09/12/02, por ocasião da audiência de conciliação.

Contra a decisão que excluiu a CARAÍBA da lide, a BAFERTIL interpôs agravo de instrumento, no qual foi deferido efeito suspensivo, e posteriormente foi provido. Em razão desta decisão, a Caraíba interpôs recursos especial e extraordinário, cujo seguimento foi negado, razão pela qual foi interposto agravo contra o despacho denegatório do recurso especial. Este agravo foi provido pelo relator, que determinou a subida do recurso especial, este autuado como RESP 1137049, e que se encontra concluso.

Em primeiro grau, foi realizada a perícia contábil, cujo resultado foi favorável à CIBRAFÉRTIL, pois concluiu que não havia nexo de causalidade entre os prejuízos alegados pela autora e a conduta da rés, ao recusar-se a lhe vender mercadoria. A BAFERTIL pediu ao Juízo que declarasse a nulidade dessa perícia, por cerceamento de defesa, o que foi indeferido. Os autos se encontram conclusos para sentença desde 28 de outubro de 2006.



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o capital social subscrito e integralizado da Companhia está representado por 2.443 ações ordinárias sem valor nominal.

A Administração da Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente da decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 2.000 ações, podendo tais ações serem ordinárias ou preferenciais.

Em 23 de junho de 2010, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia para R\$87.662, com a capitalização de R\$60.000, mediante a emissão de 2.000 novas ações ordinárias ao preço de R\$30 por ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pela acionista controladora Paranapanema S.A. mediante capitalização de créditos de “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC” no montante de R\$21.830 e R\$38.770 em dinheiro.

### b) Direito das ações

Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

## 15. Outras receitas (despesas) operacionais

	2011	2010
Reversão de outras provisões p/ perdas	-	694
Recuperações diversas	<b>1.107</b>	-
	<b>1.107</b>	694
Ociosidade	<b>(6.697)</b>	(4.403)
Custo ativo permanente baixado	<b>(130)</b>	(204)
Provisão para demandas judiciais	<b>(313)</b>	(440)
Outras despesas operacionais	<b>(629)</b>	(165)
	<b>(7.769)</b>	(5.212)
<b>Total de outras despesas operacionais líquidas</b>	<b>(6.662)</b>	(4.518)

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 16. Imposto de renda e contribuição social

### 16.1. Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido têm a seguinte origem:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Ajuste de avaliação patrimonial	<b>(6.704)</b>	(7.061)
Créditos sobre diferenças temporárias	<b>4.073</b>	2.159
	<b><u>(2.631)</u></b>	<u>(4.902)</u>

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui registrado na rubrica “Imposto de renda diferido”, valores apurados sobre diferenças temporárias e sobre reserva de reavaliação dos ativos fixos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia possui registrado valores apurados sobre as variações cambiais ativas não liquidadas, tributadas pelo Imposto de Renda, pelo regime de caixa.

A realização do imposto de renda diferido sobre ajuste de avaliação patrimonial se dá na proporção da realização da reserva.

Os tributos diferidos gerados por estas diferenças temporárias da Companhia são assim demonstrados:

<b>Decorrentes de diferenças temporárias</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Variações cambiais líquidas	1.149	(558)
Provisões para perda	1.790	1.790
Provisão para demandas judiciais	699	600
Provisões diversas	384	103
Participação de administradores e outros	51	224
	<b><u>4.073</u></b>	<b><u>2.159</u></b>

A Companhia possui registrado valores apurados sobre as variações cambiais não liquidadas, tributadas pelo Imposto de Renda, pelo regime de caixa.

A Companhia possui benefício de redução de 75% do imposto de renda e dos adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, decorrente da produção de até 320.000 toneladas/ano de fabricação de adubos e fertilizantes, até o período-base de 2013. Esse incentivo está condicionado à constituição de reserva de incentivo fiscal (reserva de lucros) pelo montante equivalente ao imposto não recolhido. A reserva de incentivos fiscais constituída somente poderá ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos.

### 16.2. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada na demonstração do resultado está demonstrada abaixo:

	2011	2010
<b>Prejuízo antes do imposto de renda</b>	<b>(9.934)</b>	<b>(14.416)</b>
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferido sobre reserva de reavaliação	-	-
<b>Receita de imposto de renda corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Imposto de renda diferido	1.435	469
Contribuição social diferida	479	169
Imposto de renda diferido sobre reserva de reavaliação	268	105
Contribuição social diferido sobre reserva de reavaliação	89	38
<b>Receitas de imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>2.271</b>	<b>781</b>

## 17. Receitas e (despesas) financeiras

	2011	2010
Despesa de juros	(3.066)	(4.483)
Varição cambial passiva	(7.696)	-
Despesas bancárias / IOF	(210)	(766)
Ajuste a valor presente	-	4
Outras despesas financeiras	(19)	(23)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(10.991)</b>	<b>(5.268)</b>
Receita de juros	763	487
Varição cambial ativa	2.986	954
Ajuste a valor presente	476	135
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>4.225</b>	<b>1.576</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(6.766)</b>	<b>(3.692)</b>

## 18. Instrumentos financeiros

### 1) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia reconhece que certos riscos financeiros como variação do preço de commodities e taxa de câmbio são inerentes ao seu negócio. Entretanto, a filosofia geral da Companhia é evitar riscos desnecessários e limitar, dentro do possível, quaisquer riscos associados às atividades do negócio.

O propósito da política da Companhia é garantir que as exposições do negócio ao risco que tenham sido identificadas, medidas e que sejam passíveis de ser controladas, sejam minimizadas, usando os métodos mais efetivos e eficientes para eliminar, reduzir ou transferir tais exposições.

O Conselho de Administração da Paranapanema S.A., sua controladora, criou o Comitê de Riscos para assistir ao estabelecimento de políticas de gestão de risco e para supervisionar a gestão de risco e uso de derivativos, para operação de suas controladas, quando necessário.

O Comitê de Riscos é responsável em garantir que os procedimentos apropriados estejam em vigor para que todas as exposições a riscos incorridas pela Empresa estejam identificadas e avaliadas. Além disso, o Comitê deve monitorar que estas exposições estejam dentro dos limites pré-estabelecidos. Os riscos de negócio identificados incluem principalmente:

- Risco de taxas de juros inerente às dívidas da Companhia;
- Risco cambial decorrente de ativos e passivos como: estoques, empréstimos, fornecedores no exterior dentre outros.

A política de Gestão de Riscos permite que a companhia utilize instrumentos financeiros derivativos aprovados com o objetivo de minimizar a exposição a riscos de mercado: câmbio e taxas de Juros.

### 2) Riscos financeiros

#### 2.1) Risco Cambial

Como parte da sua atividade, a Companhia incorre em riscos cambiais referentes à compra de matérias primas importadas através de financiamentos em US\$.

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais, foram efetuados cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31/12/2011, quadro a seguir. Conforme previsão da Instrução CVM nº 475/08, a Companhia conduziu análise de sensibilidade utilizando o cenário provável e desvalorizações cambiais

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II). Convém ressaltar que o cenário atual já se encontra refletido nas informações trimestrais atuais.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - RISCO CAMBIAL DE DÓLAR NORTE AMERICANO

<b>Ativos / Passivos</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>
1. Estoques (Mat. Prima, WIP e Acabados) (nota 6)	19.176	23.970	28.764
2. Empréstimos (nota 11)	(33.204)	(41.505)	(49.806)
3. Fornecedores Externos (nota 10)	(10.947)	(13.684)	(16.421)
4. Outros, Líquido	(6)	(8)	(9)
<b>TOTAL</b>	<b>(24.981)</b>	<b>(31.226)</b>	<b>(37.472)</b>

### 3) Riscos Operacionais

#### 3.1) Risco de Crédito

A política de venda de seus produtos da companhia está ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar.

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios entre a companhia e seus clientes. Essa característica se deve ao fato do crédito alavancar o poder de compra do cliente.

O risco é inerente às operações de crédito, devendo a companhia efetuar uma minuciosa análise na concessão. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o passado do cliente, mas constitui-se, essencialmente, na elaboração de um prognóstico sobre a sua solidez econômica - financeira atual e suas perspectivas para o futuro.

Nossa carteira de recebíveis diversificada, a seletividade dos clientes assim como o acompanhamento dos prazos e do limite de crédito individual por cliente são procedimentos adotados para minimizar os atrasos e a inadimplência do contas a receber.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia sempre realiza aplicações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de rating e somente em instituições que nos apoiam nas necessidades de empréstimos para capital de giro e financiamento do nosso trade finance.

#### 3.2) Risco de Liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida de existente em 31 de dezembro de 2011.

**Empréstimos e Financiamentos**

<b>Ano do Vencimento</b>	<b>Financiamento de Importação</b>
2012	33.264
<b>Total</b>	<b>33.264</b>

Gestão do capital

O principal objetivo da administração da Companhia é assegurar uma classificação de crédito forte (*rating*) perante as instituições e uma relação de capital adequada a fim de suportar os negócios da Companhia.

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Empréstimos e financiamentos (nota 11)	33.264	17.817
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(85)	(1.917)
(-) Aplicações financeiras (nota 4)	(1.991)	-
<b>(=) Dívida ( Caixa) Líquida</b>	<b>31.188</b>	<b>15.900</b>
Patrimônio líquido ( nota 14)	7.282	14.945
<i>Quociente de alavancagem</i>	<i>81,07%</i>	<i>51,55%</i>
<i>Quociente de alavancagem c/ Deriv. Embutidos</i>	<i>81,07%</i>	<i>51,55%</i>

## 19. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2011, os ativos cobertos na apólice de seguros e as especificações por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto a adequação pela Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<b>Seguros e Coberturas</b>			
Bens segurados	Riscos cobertos	Modalidade . apólice	Verbas . montante segurado
Instalações, Equipamentos, Estoques e Matéria Prima	Incêndio, Raio, Explosão, Danos Elétricos, Pequenas obras, Despesas extraordinárias, Roubo em depósito	Riscos operacionais - Apólice nr. 01.96.4003209	R\$ 53.488
Responsabilidade civil geral e para Diretores e Administradores	Reclamações de terceiros	Responsabilidade civil geral apólice nr. 6.105.470 Responsabilidade civil Diretores e adm apólice nr. 1.10.4000793	RCG = R\$ 4.000 RC D&O = R\$ 25.000
Veículos	Colisão, Incêndio e roubo R C Facultativa-Veículos	Automóveis apólice nr. DVS	Valor de tabela FIPE do veículo RC = Entre R\$ 100 e R\$ 200
Ações judiciais	Garantia em processos judiciais em discussão	Garantia judicial - DVS	Valor estipulado para causa defendida Limite R\$ 100.000
Vida em grupo	Morte, Invalidez, Cesta básica e Assistência funeral	Vida em grupo - apólice nr. 2001000010101	30 vezes o salário base do colaborador
Transportes nacionais e internacionais	Danos às cargas transportadas e roubo	Transportes Nacionais e Internacionais-TN = 3331 EXP 9950 e IMP 9951;	Valor de nota fiscal ou fatura comercial

As apólices de riscos operacionais, responsabilidade geral, responsabilidade civil D&O, transportes nacionais e internacionais, saúde e vida em grupo, são apólices estipuladas pela controladora Paranapanema S.A..

## 20. Previdência privada

O plano de previdência complementar e contrato de seguro de vida com cobertura por sobrevivência instituídos em 2005 pela Companhia é um Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL e um Plano de Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL, respectivamente, com administração contratada à BrasilPrev e viabilizada com as contribuições da Companhia e dos empregados cujas principais características são assim resumidas:

### I PGBL:

Após atendidos os pré-requisitos cumulativos de 120 meses de contribuição e 60 anos de idade, os beneficiários terão direito de resgatar 100% da poupança formada por eles e pela Companhia, desde que desligado da empresa. Da mesma forma no caso de ocorrência de falecimento ou invalidez permanente. Em caso de desligamento da empresa antes de se tornar elegível, o beneficiário terá direito à retirada de no máximo 80% do valor depositado pela Companhia.

### II VGBL:



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia é contratante do seguro de vida por sobrevivência sem, no entanto participar do custeio. O custeio consistirá no pagamento de prêmios pelo segurado à BrasilPrev e os benefícios a serem gerados no futuro são originários do fundo acumulado formado pelos prêmios líquidos efetuados ao plano.

Portanto, os planos não incluem benefícios de risco e, assim, não produzem passivos atuariais. No caso de opção do participante por renda vitalícia a responsabilidade pela manutenção da reserva, conforme contrato, é da BrasilPrev.

As contribuições efetuadas aos planos pela Companhia em 2011 foram de R\$34 (R\$37 em 2010).

## **21. Relacionamento com auditores independentes**

A auditoria das demonstrações financeiras é de responsabilidade da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.

No exercício de 2011, a Cibrafertil – Companhia Brasileira de Fertilizantes, utilizou os serviços prestados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. em conformidade com as regras de independência pelas normas brasileiras e internacionais de auditoria.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Acionistas, Conselho de Administração e Administradores da  
CIBRAFÉRTIL – Companhia Brasileira de Fertilizantes  
Santo André - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Cibrafertil – Companhia Brasileira de Fertilizantes (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cibrafertil – Companhia Brasileira de Fertilizantes em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 1, em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 26.690mil (R\$ 21.773 mil em 2010), possui prejuízos acumulados de R\$ 97.055 mil (R\$ 90.084 mil em 2010), e apurou prejuízo de R\$ 7.663 mil no exercício findo naquela data. As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, levando-se em conta que os planos da Administração comentados na nota explicativa 1 sejam executados com êxito e, portanto, não incluem ajustes em ativos e passivos decorrentes da impossibilidade de continuidade.

São Paulo, 21 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6-F-BA

Luiz Carlos Nannini  
Contador CRC-1SP171638/O-7